

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Clear Sale S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Clear Sale S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Clear Sale S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência de retificação de erros descritos na referida nota, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Reconhecimento de receitas de serviços e contas a receber

Conforme divulgado nas notas explicativas 6 e 22, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentam receitas de serviços de análise de transações para a prevenção a fraude no comércio eletrônico no montante de R\$191.408 mil e R\$208.519 mil no consolidado e contas a receber decorrentes da prestação desses serviços no montante de R\$48.196 mil e R\$51.951 mil no consolidado. Consideramos essa área como significativa em função da relevância dos valores e do processo de reconhecimento de receita dos serviços prestados e do contas a receber, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, relacionados com: (i) análise e aprovação dos contratos decorrentes da prestação de serviço; (ii) verificação da volumetria dos serviços prestados; (iii) reconhecimento das receitas dos serviços prestados de acordo com as condições contratuais; (iv) análise dos descontos concedidos; (v) análise das reconciliações do contas a receber de clientes; (vi) confirmação de saldos junto a clientes e testes de recebimentos subsequentes; (vii) verificação do aging-list dos valores a receber e; (viii) das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de serviços prestados e contas a receber, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os valores de receitas de serviços e contas a receber, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 6 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria relacionados a receitas reconhecidas fora do período de competência. O referido ajuste foi corrigido pela Companhia e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.



### Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares

A Companhia investe valores significativos no desenvolvimento e aperfeiçoamento do software operacional, que envolve inclusive a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, especialmente custos de mão de obra, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada, envolve julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria.

#### *Como nossa auditoria tratou o assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e ou na aquisição de softwares, testes da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias do software operacional, incluindo, quando aplicável, a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas nos testes dos valores recuperáveis desses ativos. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos do software operacional, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação do software operacional, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Planos de remuneração baseado em ações

A Companhia possui passivos relevantes relacionados a planos de remuneração baseados em ações, que compreendem os planos Phantom Share, Incentivo de Longo Prazo – ILP, e compromisso de recompra de ações entregues no âmbito do programa de Incentivo de Longo Prazo – LIP, conforme nota explicativa 16. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos, que contemplam a utilização de premissas de crescimento das operações, taxas de desconto entre outras, na determinação do valor justo das obrigações relacionadas aos planos de pagamento baseados em ações e do compromisso de recompra das ações.



### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, as características dos planos, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações decorrentes dos planos de remuneração baseados em ação, verificando o cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, a realização de testes de integridade das bases de dados utilizadas na determinação do valor justo e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de pagamento baseados em ações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de remuneração baseados em ações e dos compromissos de recompra de ações, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos que os critérios, premissas e a avaliação das obrigações pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria relacionados à valorização e contabilização das obrigações do plano de pagamento baseados em ações e do compromisso de recompra das ações. Os referidos ajustes foram corrigidos pela Companhia e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Building a better  
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de junho de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador CRC-1SP184050/O-6

## Clear Sale S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2019, de 2018 e 1º de janeiro de 2018  
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	01/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/12/2018	
<b>Ativo circulante</b>		*Reapresentado	*Reapresentado		*Reapresentado	*Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.716	6.831	5.249	23.624	7.629	5.534
Contas a receber	6	48.196	36.627	31.385	51.951	37.894	31.842
Impostos a recuperar	7	5.439	5.119	4.571	5.915	5.119	4.571
Outros créditos		2.789	3.493	1.570	2.888	3.618	1.623
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>78.140</b>	<b>52.070</b>	<b>42.775</b>	<b>84.378</b>	<b>54.260</b>	<b>43.571</b>
<b>Ativo não circulante</b>							
Imposto diferido	19	3.508	1.894	1.093	3.508	1.894	1.093
Impostos a recuperar	7	108	-	-	108	-	-
Investimentos	8	4.454	1.791	607	-	-	-
Imobilizado	9	13.884	3.475	4.778	13.889	3.475	4.782
Intangível	10	26.665	21.838	17.902	26.665	21.838	17.902
Outros Ativos		1.541	-	-	1.541	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>50.0159</b>	<b>28.998</b>	<b>24.380</b>	<b>45.711</b>	<b>27.207</b>	<b>23.777</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>128.299</b>	<b>81.068</b>	<b>67.155</b>	<b>130.089</b>	<b>81.467</b>	<b>67.347</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018	01/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/12/2018
			*Reapresentado	*Reapresentado		*Reapresentado	*Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	11	12.268	3.305	2.523	12.268	3.305	2.523
Passivo - Arrendamento Fornecedores e prestadores de serviços	12	2.291	-	-	2.291	-	-
Impostos e contribuições a recolher		2.578	1.791	2.314	3.994	2.163	2.471
Salários e encargos sociais	13	6.370	6.852	2.607	6.377	6.852	2.607
Dividendos mínimos a pagar	14	20.984	14.658	12.913	20.984	14.658	12.913
Provisões		2.167	2.134	3.258	2.167	2.134	3.258
Adiantamento de Clientes	15	1.571	1.414	1.363	1.571	1.414	1.363
Outros passivos		598	207	273	598	207	273
Provisão <i>Phanton Share</i>	16.3	-	607	-	517	669	35
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>52.184</b>	<b>34.603</b>	<b>28.127</b>	<b>54.124</b>	<b>35.001</b>	<b>28.320</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	11	26.641	3.764	1.864	26.641	3.764	1.864
Passivo - Arrendamento	12	7.994	-	-	7.994	-	-
Impostos e contribuições a recolher	13	-	69	262	-	69	262
Compromisso de recompra de ações	16.2	3.864	1.474	413	3.864	1.474	413
Pagamento baseado em ações	16.1	4.398	2.341	1.203	4.398	2.341	1.203
Provisão de participação societária	8	152	36				
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>43.049</b>	<b>7.684</b>	<b>3.742</b>	<b>42.897</b>	<b>7.648</b>	<b>3.742</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		9.255	9.255	9.255	9.255	9.255	9.255
Ações em tesouraria		-	(3.345)	(3.004)	-	(3.345)	(3.004)
Reserva legal		1.851	1.851	1.851	1.851	1.851	1.851
Reserva de capital		(6.588)	(2.242)	(771)	(6.588)	(2.242)	(771)
Outros resultados abrangentes		(696)	(482)	(468)	(696)	(482)	(468)
Reserva de lucros		29.244	33.782	28.422	29.244	33.782	28.422
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>33.067</b>	<b>38.819</b>	<b>35.285</b>	<b>33.067</b>	<b>38.819</b>	<b>35.286</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>128.299</b>	<b>81.068</b>	<b>67.155</b>	<b>130.089</b>	<b>81.467</b>	<b>67.347</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras  
**Clear Sale S.A.**

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
			*Reapresentado		*Reapresentado
<b>Receita líquida</b>	<b>22</b>	<b>191.408</b>	<b>149.575</b>	<b>208.519</b>	<b>153.826</b>
Custo dos serviços prestados	23	(90.771)	(67.562)	(106.755)	(69.939)
<b>Lucro bruto</b>		<b>100.636</b>	<b>82.013</b>	<b>101.764</b>	<b>83.887</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	23	(64.203)	(57.314)	(81.460)	(65.690)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(16.388)	(6.511)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.569)	15	(1.569)	15
<b>Resultado operacional</b>		<b>18.477</b>	<b>18.203</b>	<b>18.735</b>	<b>18.213</b>
Despesas financeiras	24	(4.125)	(2.111)	(4.383)	(2.121)
Receitas financeiras	25	1.733	1.215	1.733	1.215
<b>Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>16.085</b>	<b>17.307</b>	<b>16.085</b>	<b>17.307</b>
Imposto de renda e contribuição social	19	(10.539)	(8.769)	(10.539)	(8.769)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.546</b>	<b>8.537</b>	<b>5.546</b>	<b>8.537</b>
Lucro líquido por ação					
Básico	18	0,5096	0,7877		
Diluído		0,5028	0,7790		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Clear Sale S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro líquido do exercício	5.546	8.537	5.546	8.537
Outros resultados abrangentes	(214)	(15)	(214)	(15)
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>5.332</b>	<b>8.523</b>	<b>5.332</b>	<b>8.523</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Clear Sale S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

Notas	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Original)</b>	<b>9.255</b>	<b>400</b>	<b>(3.004)</b>	<b>1.851</b>	<b>28.787</b>	-	<b>(315)</b>	<b>36.974</b>
<b>Ajustes</b>	-	<b>(1.171)</b>	-	-	<b>(365)</b>	-	<b>(153)</b>	<b>(1.688)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)</b>	<b>9.255</b>	<b>(771)</b>	<b>(3.004)</b>	<b>1.851</b>	<b>28.422</b>	-	<b>(468)</b>	<b>35.286</b>
Compra de ações	-	-	(2.474)	-	-	-	-	<b>(2.474)</b>
Venda de ações	-	(333)	2.133	-	-	-	-	<b>1.800</b>
Dividendos	-	-	-	-	(1.044)	(2.134)	-	<b>(3.178)</b>
Instrumentos Patrimoniais Outorgados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	(15)	<b>(15)</b>
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	-	-	-	8.537	-	<b>8.538</b>
Compromisso de recompra de ações	-	(1.138)	-	-	-	-	-	<b>(1.138)</b>
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	6.403	(6.403)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>9.255</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(3.345)</b>	<b>1.851</b>	<b>33.782</b>	-	<b>(482)</b>	<b>38.819</b>
Compra de ações	-	-	(53)	-	-	-	-	(53)
Venda de ações	-	(2.289)	3.398	-	-	-	-	1.106
Dividendos	-	-	-	-	(8.698)	(1.386)	-	(10.082)
Instrumentos Patrimoniais Outorgados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de balanços	-	-	-	-	-	-	(214)	(214)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.546	-	5.546
Compromisso de recompra de ações	-	(2.057)	-	-	-	-	-	(2.057)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	4.159	(4.159)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.255</b>	<b>(6.588)</b>	-	<b>1.851</b>	<b>29.244</b>	-	<b>(696)</b>	<b>33.067</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Clear Sale S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	5.546	8.537	5.546	8.537
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Depreciação imobilizado	1.174	1.828	1.174	1.828
Depreciação direito de uso	2.538	-	2.538	-
Amortização intangível	3.854	2.993	3.854	2.993
Baixas de ativo imobilizado	15	-	15	4
Resultado de equivalência patrimonial	16.388	6.511	-	-
Resultado de operação mantida para venda	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.613	801	1.613	801
Provisão para perdas de créditos esperadas	947	1.086	1.055	1.240
Encargos de empréstimos e financiamentos	1.140	675	1.140	675
Encargos financeiros - Direito de uso de ativos	1.051	-	1.051	-
Despesa de pagamento baseado em ação	2.146	1.784	2.146	1.784
Outros	-	1	-	-
	33.186	22.614	16.906	16.261
Decréscimo (acrécimo) nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	12.517	6.328	15.213	7.291
Partes relacionadas	-	-	-	-
Impostos a recuperar	428	548	904	547
Outros ativos	838	1.923	810	1.995
Acrécimo (decrécimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	787	523	1.831	308
Impostos e contribuições a recolher	12.958	10.334	12.966	10.333
Provisões	157	51	157	51
Salários e encargos sociais	6.326	1.745	6.327	1.744
Outros passivos	385	538	722	63
Operação mantida para venda	-	-	-	0
Caixa gerado pelas operações	40.016	25.960	21.982	18.801
Imposto de renda e contribuição social pagos	13.509	6.282	13.509	6.282

Pagamento de juros	-	-	-	-
	676	675	676	675
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>25.831</b>	<b>19.003</b>	<b>7.797</b>	<b>11.844</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	-	-
	2.014	525	2.019	526
Aumento de intangível	-	-	-	-
	8.681	6.929	8.681	6.929
Aporte em controladas	-	-	-	-
	19.149	7.673	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>29.844</b>	<b>15.127</b>	<b>10.700</b>	<b>7.455</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de dividendos	-	-	-	-
	10.050	4.405	10.050	4.405
(Compra) venda de ações	-	-	-	-
	1.057	571	1.057	571
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	-
Pagamento de recompra de ações	-	-	-	-
	607	-	607	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
	36.429	5.394	36.429	5.394
Pagamento de empréstimos	-	-	-	-
	5.053	2.712	5.053	2.712
Amortização de Arrendamentos – Direito de uso de imóveis	-	-	-	-
	2.878	-	2.878	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>18.898</b>	<b>2.294</b>	<b>18.898</b>	<b>2.294</b>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.885	1.582	15.995	2.095
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.831	5.249	7.629	5.534
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>21.716</b>	<b>6.831</b>	<b>23.624</b>	<b>7.629</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS				
Vendas de serviços	216.851	168.563	233.962	172.921
PDD, Descontos e abatimentos	(2.443)	(1.157)	(2.650)	(1.311)
Outras receitas operacionais	<u>451</u>	<u>15</u>	<u>451</u>	<u>15</u>
	<u>214.859</u>	<u>167.421</u>	<u>231.763</u>	<u>171.626</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, PIS e Cofins)				
Custos dos serviços prestados	(24.901)	(18.009)	(33.900)	(14.745)
Serviços de terceiros, Telecom e outros	<u>(23.915)</u>	<u>(26.228)</u>	<u>(30.063)</u>	<u>(28.145)</u>
	(48.816)	(44.237)	(63.963)	(42.889)
VALOR ADICIONADO BRUTO	166.043	123.184	167.800	128.736
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(5.033)	(4.821)	(5.033)	(4.822)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS	- <u>161.010</u>	- <u>118.363</u>	- <u>162.768</u>	- <u>123.914</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(16.388)	(6.511)	-	-
Receitas financeiras	1.581	1.361	1.582	1.361
Variação cambial	<u>(121)</u>	<u>(179)</u>	<u>(121)</u>	<u>(179)</u>
	(14.928)	(5.329)	1.461	1.182
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>146.082</u>	<u>113.035</u>	<u>164.228</u>	<u>125.096</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<u>Empregados:</u>				
Remuneração direta	(88.290)	(70.791)	(95.732)	(75.053)
Benefícios	(13.983)	(11.301)	(14.251)	(11.565)
FGTS	(5.979)	(5.040)	(5.979)	(5.040)
<u>Impostos:</u>				
Federais	(18.079)	(12.941)	(26.933)	(12.949)
Municipais	(7.815)	(6.047)	(7.815)	(6.047)
<u>Financiadores:</u>				

Juros/taxas	(2.801)	(1.787)	(4.383)	(2.911)
Aluguéis	(3.589)	(2.993)	(3.589)	(2.993)
<u>Acionistas:</u>				
Dividendos propostos	(1.386)	(2.134)	(1.386)	(2.134)
<u>Lucros retidos</u>				
Participação dos acionistas	(4.160)	(6.403)	(4.159)	(6.403)
	<u>(146.082)</u>	<u>(113.035)</u>	<u>(164.228)</u>	<u>(125.096)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Clear Sale S.A. (“Companhia”), sediada na Rua Achilles Orlando Curtolo, 349, Pq. Industrial Tomas Edson, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 24 de abril de 2000 e é uma das empresas pioneiras em soluções e serviços de análise de transações para prevenção a fraude para empresas do varejo eletrônico (“e-commerce”). Esse serviço é prestado através de licenciamento de software e resposta audível, combinando alta tecnologia e profissionais especializados para reconhecer padrões relacionados à fraude.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de maio de 2019, os conselheiros aprovam a constituição de uma holding de participações denominada CLSS (“ *Holding* ”) (inscrita no CNPJ 34.737.044/0001-10), sediada na Rua Achilles Orlando Curtolo, 349, 5º andar - Sala Atenas, Pq. Industrial Tomas Edson, São Paulo, SP, Brasil. A  *Holding*  foi constituída em 14/08/2019, é composta pelos, até então, acionistas da Companhia, mantendo exatamente a proporcionalidade de participação entre eles e, a  *Holding*  passa a ser a única acionista da Companhia. O capital social atual da  *Holding*  é de R\$ 10.147.600,00 e possui 1.014.760.000 ações. A transferência das ações da Companhia ocorreu na razão 1:92, ou seja, 1 ação da companhia é equivalente a 92 ações da Holding. inclusive os acionistas participantes do Plano de Remuneração baseado em ações.

## 2. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto, nos casos aplicáveis, por instrumentos financeiros derivativos e opções de compra de ações, mensurados pelo valor justo.

A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia está apresentando um balanço patrimonial adicional relativo à data-base de 1º de janeiro de 2018 devido a correção do erro descrito na Nota 2.4.

As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Demonstração do valor adicionado - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no

Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de junho de 2021.

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

### a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

### b) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dólar dos EUA (US\$)	4,0307	3,8748
Taxa média		
Dólar dos EUA (US\$)	3,9884	3,6558

### c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas/(despesas), líquidas".

### d) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas

das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A controlada Clear Sale LLC tem o Dólar norte-americano como moeda funcional.

### **2.3. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada. b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reserva de lucros (prejuízos) acumulados da controlada.

A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre a controladora e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações foram eliminados. As perdas entre a empresa controladora e suas controladas é também eliminada, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a controladora desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a controladora retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

<u>Controlada</u>	<u>Participação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda.	Direta	100%	100%
Clearsale LLC	Direta	100%	100%

E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda. – Empresa realiza pesquisa de mercado e elaboração relatórios para mercado digital.

Clearsale LLC – Subsidiária da Clearsale S/A, realiza atividades de prevenção à fraude através de seu software proprietário para clientes alocados fora do Brasil.

## 2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em conexão com a intenção da Companhia em efetuar o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados para:

- i) Correção de erros/reclassificações e aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, conforme requerido pelo CPC 23 Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Correção de Erros. Nesse contexto o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2018, valores iniciais, também está sendo reapresentado;
- ii) Apresentação da demonstração do valor adicionado.

Dos valores reapresentados:

(Em milhares de reais)

	Controladora 31.12.2018			Controladora 31.12.2017			
	Notas	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		6.831	-	6.831	5.249	-	5.249
Contas a receber	(b)	37.012	(385)	36.627	31.385	-	31.385
Tributos a recuperar		5.119	-	5.119	4.571	-	4.571
Outros créditos		3.493	-	3.493	1.568	-	1.570
Total do ativo circulante		52.455	(385)	52.069	42.773	-	42.775
Não circulante							
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	(b) / (c) / (d) / (f)	1.927	(32)	1.895	1.178	(85)	1.093
Investimentos	(a) / (c) / (k)	903	888	1.791	358	249	607
Imobilizado		3.475	-	3.475	4.778	-	4.778
Intangível		21.838	-	21.838	17.902	-	17.902
Outros créditos							-
Total do ativo não circulante		28.143	856	28.999	24.216	164	24.380

		80.598      471      81.068			66.991      164      67.155		
		<b>Controladora 31.12.2018</b>			<b>Controladora 31.12.2017</b>		
<b>Notas</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>	
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	3.305	-	3.305	2.523	-	2.523	
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores <b>(j)</b>	1.955	(164)	1.791	2.491	(177)	2.314	
Impostos e contribuições a recolher	6.852	-	6.852	2.607	-	2.607	
Salários e encargos sociais	14.658	-	14.658	12.913	-	12.913	
Dividendos mínimos a pagar <b>(i)</b>	2.044	90	2.134	3.236	22	3.258	
Provisões <b>(j)</b>	1.250	164	1.414	1.185	177	1.363	
Recompra de ações	607	-	607	-	-	-	
Adiantamento de cliente	207	-	207	273	-	273	
Passivo descoberto em controladas <b>(k)</b>	-	36	36	-	-	-	
Provisão <i>Phantom Share</i> <b>(f) / (m)</b>	-	3.599	3.599	-	2.876	2.876	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>30.878</b>	<b>3.725</b>	<b>34.603</b>	<b>25.228</b>	<b>2.898</b>	<b>28.127</b>	
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	3.764	-	3.764	1.864	-	1.864	
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	
Impostos e contribuições a recolher	69	-	69	262	-	262	
Pagamento baseado em ações <b>(d)</b>	-	1.474	1.474	-	413	413	
Compromisso de recompra de ações <b>(e)</b>	-	2.341	2.341	-	1.203	1.203	
Plano de remuneração baseado em ações <b>(m)</b>	3.977	(3.977)	-	2.661	(2.661)	-	

Total do passivo não circulante		7.810	(162)	7.647	4.787	(1.045)	3.742
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		9.255	-	9.255	9.255	-	9.255
Ações em tesouraria		(3.345)	-	(3.345)	(3.004)	-	(3.004)
Reserva legal		1.851	-	1.851	1.851	-	1.851
Reserva de capital	<b>(e) / (h)</b>	-	(2.243)	(2.243)	-	(771)	(771)
Outros resultados abrangentes	<b>(a) / (c)</b>	(382)	(100)	(482)	(315)	(153)	(468)
Instrumento de outorga de ações	<b>(d)</b>	1.011	(1.011)	-	400	(400)	-
Reserva de lucros	<b>(a) / (b) / (d) / (f) / (h) / (i)</b>	33.520	263	33.783	28.787	(365)	28.422
Total do patrimônio líquido		41.910	(3.091)	38.819	36.974	(1.688)	35.286
Total do passivo e patrimônio líquido		80.598	472	81.068	66.989	164	67.155

	Notas	Consolidado 31.12.2018			Consolidado 01.01.2018		
		Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		7.629	-	7.629	5.535	-	5.535
Contas a receber	<b>(b)</b>	37.401	492	37.894	31.593	249	31.842
Tributos a recuperar		5.119	-	5.119	4.571	-	4.571
Outros créditos		3.595	22	3.618	1.623	-	1.623
Total do ativo circulante		53.744	514	54.259	43.322	249	43.571
<b>Não circulante</b>							
Imposto de renda e da contribuição social diferidos	<b>(b)/(c)</b>	1.927	(32)	1.895	1.178	(85)	1.093
Investimentos		-	-	-	-	-	-

Imobilizado		3.475	-	3.475	4.782	-	4.782
Intangível		21.838	-	21.838	17.902	-	17.902
Outros créditos	(b)	22	(22)	-	-	-	-
Total do ativo não circulante		27.262	(54)	27.207	23.862	(85)	23.777
Total do ativo		81.006	460	81.467	67.184	164	67.347

	Notas	Consolidado 31.12.2018			Consolidado 31.12.2017		
		Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		3.305	-	3.305	2.523	-	2.523
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	-	-
Fornecedores	(j) / (l)	2.363	(200)	2.163	2.685	(214)	2.471
Impostos e contribuições a recolher		6.852	-	6.852	2.607	-	2.607
Salários e encargos sociais		14.658	-	14.658	12.913	-	12.913
Dividendos mínimos a pagar	(i)	2.044	90	2.134	3.236	22	3.258
Provisões	(j)	1.250	164	1.414	1.185	178	1.363
Recompra de ações	(l)	607	-	607	-	35	35
Adiantamento de cliente		207	-	207	274	-	273
Outros passivos	(k)	-	63	63	-	-	-
Provisão <i>Phantom Share</i>	(f) / (m)	-	3.599	3.599	-	2.876	2.876
Total do passivo circulante		31.286	3.716	35.001	25.423	2.897	28.319
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		3.764	-	3.764	1.864	-	1.864
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	-	-

Impostos e contribuições a recolher		69	-	69	262	-	262
Pagamento baseado em ações	<b>(e)</b>	-	1.474	1.474	-	413	413
Compromisso de recompra de ações	<b>(e)</b>	-	2.341	2.341	-	1.203	1.203
Plano de remuneração baseado em ações	<b>(m)</b>	3.977	(3.977)	-	2.661	(2.661)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.810</b>	<b>(162)</b>	<b>7.647</b>	<b>2.126</b>	<b>(1.045)</b>	<b>3.742</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		9.255	-	9.255	9.255	-	9.255
Ações em tesouraria		(3.345)	-	(3.345)	(3.004)	-	(3.004)
Reserva legal		1.851	-	1.851	1.851	-	1.851
Reserva de capital	<b>(e) / (h)</b>	-	(2.036)	(2.036)	-	(771)	(771)
Outros resultados abrangentes	<b>(a) / (c)</b>	(382)	(100)	(482)	(315)	(153)	(468)
Instrumento de outorga de ações	<b>(d)</b>	1.011	(1.011)	-	400	(400)	-
Reserva de lucros	<b>(a) / (b) / (d) / (f) / (h) / (i)</b>	33.520	56	33.576	28.787	(365)	28.422
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>41.910</b>	<b>(3.181)</b>	<b>38.819</b>	<b>36.974</b>	<b>(1.688)</b>	<b>35.286</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>81.006</b>	<b>(838)</b>	<b>81.466</b>	<b>67.184</b>	<b>163</b>	<b>67.348</b>

	Notas	Controladora 31.12.2018			Consolidado 31.12.2018		
		Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	149.575	-	149.575	153.153	673	153.826
Custo dos serviços prestados	(g)	(63.260)	(4.302)	(67.562)	(65.607)	(4.332)	(69.939)
Lucro bruto		86.315	(4.302)	82.013	87.546	(3.659)	83.887
Receitas/(despesas) operacionais							
Gerais e administrativas	(b) / (d) / (f) / (g)	(61.376)	4.060	(57.314)	(69.637)	3.945	(65.690)
Resultado de equivalência patrimonial	(a)	(7.039)	528	(6.511)	-	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas		15	-	15	15	-	15
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		17.915	286	18.203	17.924	286	18.213
Despesas financeiras		(2.111)	-	(2.111)	(2.121)	-	(2.121)
Receitas financeiras		1.215	-	1.215	1.215	-	1.215
Lucro operacional e antes do IR/CS		17.019	286	17.305	17.019	286	17.307
Imposto de renda e contribuição social	(b) / (d) / (f)	(8.842)	73	(8.769)	(8.842)	73	(8.769)
Lucro líquido do exercício		8.177	360	8.537	8.177	360	8.537

Demonstrações dos fluxos de caixa – 31 de dezembro de 2018

	Notas	Controladora		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(a) / (e) / (g) / (i)	19.737	(661)	19.072
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(15.128)	-	(15.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(3.027)	661	(2.362)
		1.582	-	1.583
Caixa no início do exercício		5.249	-	5.249
Caixa no final do exercício		6.831	-	6.831
		Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(a) / (e) / (g) / (i)	12.576	(661)	11.911
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(7.455)	-	(7.455)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(3.027)	661	(2.362)
		2.094	-	2.094
Caixa no início do exercício		5.535	-	5.535
Caixa no final do exercício		7.629	-	7.629

(a) Reconhecimento de receitas na controlada Clearsale LLC

Foram feitos ajustes referentes a valores de receitas de serviços prestados e contas a receber da Clearsale LLC, que haviam sido reconhecidos em períodos posteriores à prestação do serviço, no montante de R\$ 843, sendo R\$ 603 (R\$ 529 na equivalência patrimonial e R\$74 em Outros resultados abrangentes) de 2018 e R\$ 249 de exercícios anteriores. Não há efeitos fiscais, uma vez que a controlada Clearsale LLC, apresenta prejuízo fiscal, e não reconhece ativos fiscais diferidos.

(b) Complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Foi verificado que a provisão para créditos de liquidação duvidosa da Controladora, em 31 de dezembro de 2018, estava subavaliada em R\$ 385.

Foi reconhecido também o impacto correspondente ao imposto de renda e de contribuição social diferidos, no montante de R\$ 131.

(c) Impostos diferidos sobre ajustes de conversão de demonstrações financeiras da Clearsale LLC

Foram estornados valores de créditos tributários diferidos, reconhecidos indevidamente, sobre os ajustes de conversão de dólar para real, das demonstrações financeiras da Clearsale LLC, no montante de R\$183, sendo R\$21 em 2018 e R\$171 de anos anteriores.

(d) Plano de remuneração baseado em ações

Foram realizados ajustes no valor justo das obrigações dos planos de incentivo de longo prazo (ILP). Foi também alterada, a forma pela qual esses planos são contabilizados que, até 31 de dezembro de 2018, era com base nos critérios de planos com liquidação em instrumentos patrimoniais e, a partir de 2019, passaram a ser contabilizados como planos com liquidação em caixa, devido às características desses planos, em especial o compromisso de recompra das ações entregues pela Companhia.

A referida correção impactou o passivo não circulante da companhia em R\$1.474, em 31 de dezembro de 2018 e R\$413 em 1 de janeiro de 2018. Como parte das despesas já haviam sido contabilizadas no resultado, em contrapartida do patrimônio líquido, o impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1.061 e, em lucros acumulados referente a anos anteriores de R\$413.

Foram também contabilizados os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos no montante de R\$157, sendo R\$153 em 2018 e R\$4,4 relativo a anos anteriores.

(e) Compromisso de recompra de ações

Foram reconhecidas às obrigações referentes aos compromissos de recompra das ações entregues no âmbito dos planos de pagamento baseados em ações (ILP), no montante de R\$2.341, sendo R\$1.138 de 2018, e R\$1.203 de exercícios anteriores.

(f) Provisão de *Phanton-Share*

Foram revisadas as estimativas para provisão de *Phanton-share* reduzindo o saldo no valor de R\$378 em 31 de dezembro de 2018 e aumentando o saldo R\$215 em anos anteriores.

Foram também contabilizados os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, debitando R\$129 em 2018 e creditando R\$73 em anos anteriores.

(g) Custo dos serviços prestados

Reclassificação de valores de amortização e depreciação de softwares e máquinas, que deveriam ter sido lançados como custo de serviço prestados, mas foram incorretamente classificados como despesas administrativas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 4.302.

(h) Reclassificação da reserva de lucros para reserva de capital

Reclassificação de valores relacionados à transações de compra e venda de ações em tesouraria, que haviam sido lançados incorretamente na conta de reserva de lucros para a conta de reserva de capital.

(i) Dividendos mínimos a pagar

De acordo com a legislação pertinente, a Companhia constitui como dividendos mínimos obrigatórios 25% do valor de lucro líquido auferido. Como alguns dos ajustes acima afetaram o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e anos anteriores, o valor do dividendo mínimo obrigatório foi recalculado com base no lucro líquido ajustado.

(j) Reclassificação de fornecedor

A companhia reclassificou parte dos valores alocados como fornecedores no valor de R\$164 em 2018 e R\$177 oriundo de anos anteriores.

(k) Reclassificação de investimento para passivo

Em 31 de dezembro de 2018, um dos investimentos da companhia possuía Patrimônio Líquido negativo de R\$36. A companhia reclassificou este valor retirando-o do investimento no Ativo e alocando como passivo circulante.

(l) Recompra de ações

No ano de 2017, a companhia reclassificou o valor de R\$35 referente a recompra de ações oriunda do ILP dado o desligamento de um funcionário, até então participante do programa. Tal recompra é prevista em contrato e obrigatório para situações como essa citada acima.

(m) Alteração do *Phanton-Share* para passivo circulante

A companhia alterou a classificação do valor de *Phanton-Share* para o passivo circulante pois tal programa está em sua fase final para encerramento, fazendo sentido que tal saldo permaneça no passivo circulante.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

#### 3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

###### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma perda por redução ao valor recuperável (perda por *impairment*) ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, bem como seus riscos específicos.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme e, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes menos as despesas de venda.

###### *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas para contas a receber, fazendo estimativas através das informações históricas e levando em consideração eventuais informações prospectivas.

## **b) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, sendo a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos.

## **c) Transações com pagamentos baseados em ações**

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos saldos mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo prazos, volatilidade da ação, rendimento de dividendos, dentre outras. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de reporte. Para mensuração do valor justo e fins de comparabilidade com metodologias de mercado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para análise das estimativas de valor futuro da ação e propensão ao atingimento das obrigações de desempenho, a metodologia utilizada foi a de Monte Carlo, que se utiliza de números aleatórios para gerar cenários de preços.

## **d) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras é determinado com base na hierarquia estabelecida pelo CPC 46 – Mensurações do Valor Justo, a saber:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## **e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a compensação dessas diferenças temporárias.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

#### **f) Vidas úteis do imobilizado e intangível**

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, ao final de cada período de reporte ou quando eventos ocorrerem que se façam necessários. As vidas úteis do imobilizado e intangível estão descritas nas notas explicativas 9 e 10.

### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até cada data de reporte, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### **Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes (Nota 6).

A Companhia aplicou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A norma substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. A provisão para perda de crédito esperadas é constituída considerando o risco de crédito dos clientes com base na perda histórica e projetando uma perda mesmo para clientes que ainda não apresentaram atraso no pagamento (*ratings*). A política adotada pela Companhia, classificou os clientes com base em seu histórico de pagamentos. Para cada um desses *ratings* foi aplicado um percentual de provisão levando em consideração tanto o histórico do cliente individualmente, quanto o histórico de todos os clientes classificados em determinado *rating*, afetando, assim, os recebíveis de clientes que não apresentaram um aumento significativo do risco de crédito. Foi feita também uma análise individual dos títulos em aberto a fim de se verificar a expectativa de recebimento de cada um deles.

Não há em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial.

### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

### *Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os custos de transação são alocados aos componentes do passivo ou do patrimônio líquido, com base na natureza dos valores com base na natureza dos passivos financeiros emitidos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, passivo de arrendamentos e dividendos a pagar..

### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e dividendos a pagar contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial individual e consolidado quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.4 Imposto de renda e contribuição social**

#### *Impostos correntes*

A provisão para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL está baseada no lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IRPJ e CSLL é calculada individualmente pela Companhia e por suas controladas com base nas alíquotas vigentes no encerramento de cada exercício, sendo, exceto pela controlada localizada no exterior em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada do país onde se situam essa controlada, o IRPJ e a CSLL da Companhia e da controlada localizada no Brasil calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para o imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL e a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

#### *Impostos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma

autoridade fiscal e a Companhia ou suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### Impostos correntes e diferidos

Reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

### **3.5 Investimentos em controladas**

Nas demonstrações financeiras da controladora, são reconhecidos inicialmente pelo custo e posteriormente ajustado pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.6 Imobilizado**

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos divulgadas na Nota 9.

O imobilizado é contabilizado líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

### **3.7 Intangível**

#### Programas de computador (software)

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Compreendem: (i) licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”); e (ii) sistemas de gestão de gestão empresarial (“ERP”), incluindo os correspondentes gastos com implementação.

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os

correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os detalhes e a vida útil dos ativos estão descritos na Nota 10.

#### Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos. Os custos com desenvolvimento de um projeto específico, mais especificamente de softwares são reconhecidos

como ativo intangível sempre que se for provável a geração de benefícios econômicos futuros e a Companhia demonstrar os requisitos de: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo exercício dos benefícios econômicos futuros. Durante o exercício de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. Uma vez finalizado o projeto, o ativo é testado sempre que identificados indícios de perdas de seu valor recuperável.

### **3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não identificou indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros.

### **3.9 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidá-los e uma estimativa razoável possa ser feita.

### **3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia eventualmente questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.11 Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.12 Benefícios a empregados**

#### **Benefícios de curto prazo a empregados – Participação nos resultados**

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

As provisões são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### Planos de Incentivo de Longo Prazo – ILP

Para os participantes dos planos das empresas no Brasil, o valor justo das ações concedidas, determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido.

#### **3.13 Reconhecimento da receita de contratos com clientes**

A Companhia e suas controladas reconhecem receita de serviços antifraude nas transações de vendas eletrônicas de seus clientes, quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47, ao longo do prazo do contrato em que o serviço é prestado.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

#### Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Existem dois tipos principais de contrato:

a. Cobrança por percentual por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um percentual definido sobre cada transação que for avaliada pela Companhia.

b. Cobrança por valor fixo por transação: modalidade de contrato onde o cliente irá pagar um valor fixo sobre cada transação que for avaliada pela Companhia.

#### Reconhecimento da receita

a. Cobrança por percentual por transação: a receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores faturados e a faturar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente.

b. Cobrança por valor fixo por transação: a receita é reconhecida mensalmente pela apuração dos valores incorridos, podendo haver valores faturados e a faturar, dependendo da data de corte de cada contrato/cliente.

#### Rebates

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de transações processadas durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. A Companhia aplica o método do valor mais provável para estimar contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e, conseqüentemente, reconhecida a receita. Uma provisão para restituição é reconhecida para os abatimentos futuros esperados.

### Comissão de vendas

A Companhia paga comissão de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Desta forma, a Companhia, aplica o expediente prático de reconhecer imediatamente nas despesas, os custos para obtenção de contrato se o período de amortização do ativo que seria reconhecido teria sido inferior ou igual a um ano. Assim, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

### **3.14 Segmento operacional**

A administração da Companhia considera que há um único segmento operacional, de modo que as análises e tomadas de decisões são tomadas sobre essa perspectiva.

### **3.15 Arrendamentos**

#### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.8.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **4. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes**

### **4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

A Companhia e suas controladas aplicaram, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia e suas controladas, estão descritos a seguir:

#### **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda**

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas

autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

#### CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos:

(i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data.

Na adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 10% a.a. Detalhes sobre as taxas por período de contrato estão descritas na Nota 12.

Para avaliar os impactos financeiros da Companhia com as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), a Administração avaliou todos os contratos de arrendamentos imobiliários, arrendamentos de equipamentos e ativos arrendados incorporados em um contrato de serviço que a Companhia possui, a fim de identificar todos os aspectos contratuais que devem ser considerados para aplicar e mensurar os ativos de direito de uso, os passivos de arrendamento e as isenções de reconhecimento.

#### Expedientes práticos aplicados

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- . uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- . utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos;
- . contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2018 como arrendamentos de curto prazo;
- . exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e

. utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

O Grupo também optou por não reavaliar se um contrato é, ou se contém, um arrendamento na data da adoção inicial. Em vez disso, para contratos firmados antes da data de transição, o Grupo utilizou sua avaliação efetuada aplicando o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4 - "Determinação se um Acordo contém um Arrendamento".

De acordo com o item 5 do CPC 06 (R2), a Companhia pode optar pela isenção de aplicação da norma para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor.

A identificação do tempo contratual foi efetuada através da análise individual de cada contrato de arrendamento e todos os seus respectivos aditivos. Portanto, a data de assinatura do contrato é considerada a data inicial, onde a Companhia passa a controlar o ativo e a data final estipulada em contrato refere-se ao prazo final do arrendamento. A Companhia entende que o conceito de utilizar o prazo contratual é a melhor estimativa para a determinação do tempo de uso do arrendamento.

Para mensuração do valor dos pagamentos, a Companhia determinou os valores como fixos pelo arrendador, ou seja, valor mínimo em contrato.

Para fins de adoção da norma a Companhia adotou a taxa nominal, qual leva em consideração o risco de crédito do país, o prazo do contrato dos arrendamentos e a natureza e qualidade das garantias oferecidas, entre outros. A taxa de desconto aplicada ao cálculo foi mensurada pela tesouraria.

Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual. Diante disso, a vida útil dos ativos na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, dos dois o menor. A amortização desses ativos ocorrerá de forma linear.

A seguir apresentamos os impactos iniciais no balanço consolidado em 01 de janeiro de 2019.

<b>Balanco Patrimonial</b>	Demonstrações Financeiras Divulgadas em 31/12/2018	Impactos referentes a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
Ativo circulante	52.069	-	52.069
Ativo imobilizado	3.475	11.173	14.648
Ativo não circulante	25.488	-	25.488
<b>Total do Ativo</b>	<b>81.032</b>	<b>11.173</b>	<b>92.205</b>
Passivo de arrendamento - CP	-	2.775	2.775
Passivo Circulante	30.967	2.775	33.742
Passivo de arrendamento - LP	-	8.398	8.398
Passivo não circulante	11.246	8.398	16.644
Patrimônio Líquido	38.819	-	38.819
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>81.032</b>	<b>11.173</b>	<b>92.205</b>

## 5.Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	4	9	4	9
Bancos	113	-	1.297	594
Aplicações Financeiras	21.599	6.822	22.323	7.026
	<b>21.716</b>	<b>6.831</b>	<b>23.624</b>	<b>7.629</b>

As aplicações financeiras são representadas por CDBs e Fundos de investimentos não exclusivos, ambos títulos de recompra garantida, remunerados pela variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade média foi de 99,76% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

## 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Duplicatas a receber	42.700	30.004	44.576	30.418
Clientes a faturar	8.426	8.605	10.665	9.612
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.929)	(1.982)	(3.291)	(2.136)
	<b>48.196</b>	<b>36.627</b>	<b>51.951</b>	<b>37.894</b>

(i) Parcela correspondente a receita não faturada relativa aos serviços já prestados que ainda não tiveram seus documentos fiscais emitidos. Dessa forma, são reconhecidos no ativo em contrapartida a receita de prestação de serviço.

O prazo médio de recebimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de aproximadamente 88 dias.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia acompanha permanentemente o saldo devedor de seus clientes e registra as perdas estimadas por "impairment" (liquidação duvidosa) a fim de que suas contas a receber reflita de forma fidedigna o valor recuperável de seus ativos.

### Movimentação

A movimentação da provisão para "impairment" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>896</b>	<b>896</b>
Reversão	-	-
Complemento	<u>1.086</u>	<u>1.240</u>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.982</b>	<b>2.136</b>
Reversão	-	-
Complemento	947	1.155
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.929</b>	<b>3.291</b>

### "Aging List"

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos a vencer	40.127	27.409	41.597	27.507
Saldos vencidos:				

De 1 a 90 dias	1.514	1.958	1.633	2.016
De 91 a 180 dias	202	154	215	275
Acima de 180 dias	857	482	1.131	620
	<u>42.700</u>	<u>30.004</u>	<u>44.576</u>	<u>30.418</u>

## 7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
INSS a recuperar	464	374	464	374
IRRF a recuperar/compensar	10	66	10	66
IRPJ a recuperar	3.269	3.105	3.269	3.105
CSLL a recuperar	1.142	1.116	1.142	1.116
PIS a recuperar/compensar	91	75	91	75
COFINS a recuperar/compensar	430	355	430	355
Outros impostos recuperar	139	27	616	27
	<u>5.546</u>	<u>5.119</u>	<u>6.023</u>	<u>5.119</u>
Circulante	5.439	5.119	5.915	5.119
Não circulante	108		108	

## 8. Investimentos em controladas

### Movimentação:

	Saldo 31/12/2017	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Variação		Saldo 31/12/2018
				Cambial	Transferência	
Clearsale LLC	607	(6.474)	7.672 (i)	(14)	-	1.791
E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda.	-	(37)	1	-	-	(36)
	<u>607</u>	<u>(6.511)</u>	<u>7.673</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>1.755</u>
	Saldo 31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Variação		Saldo 31/12/2019
				Cambial	Transferência	
Clearsale LLC	1.791	(11.932)	14.809 (ii)	(214)	-	4.454
E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda.	(36)	(4.456)	4.340 (iii)	-	-	(152)
	<u>1.755</u>	<u>(16.388)</u>	<u>19.149</u>	<u>(214)</u>	<u>-</u>	<u>4.302</u>

(i) Aumento de capital em 20 de fevereiro de 2018 no montante de R\$7.672, sem emissão de novas ações, com a finalidade de financiar a operação da entidade dos EUA.

(ii) Aumento de capital em 14 de fevereiro de 2019 no montante de R\$14.809.

(iii) Integralizações realizadas ao longo do exercício.

### Informações contábeis em 31 de dezembro de 2019:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	4.454	(11.931)	6.206	17.105
E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda.	(153)	(4.456)	36	6

Informações contábeis em 31 de dezembro de 2018:

	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Total do ativo	Receita líquida
Clearsale LLC	1.791	(6.474)	2.188	4.251
E-Confy Pesquisas de Mercado Ltda.	(36)	(37)	1	-

## 9. Imobilizado

Controladora	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Aparelhos telefônicos e celulares	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Direito de Uso - Imóvel	Total
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	563	2.432	227	57	1.499	-	-	4.778
Aquisições	24	450	-	3	48	-	-	526
Transferência	-	-	(3)	-	3	-	-	-
Depreciação	(80)	(1.046)	(25)	(30)	(647)	-	-	(1.828)
Saldo contábil líquido	507	1.836	199	30	903	-	-	3.475
Saldo em 31/12/2018								
Custo	1.050	6.027	293	97	2.589	-	-	10.056
Depreciação acumulada	(543)	(4.190)	(94)	(67)	(1.686)	-	-	(6.581)
Saldo contábil líquido	507	1.837	199	30	903	-	-	3.475
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	507	1.837	199	30	903	-	-	3.475
Aquisições	57	1.636	12	45	114	166	12.111	14.142
Baixas	-	(13)	-	(4)	-	-	-	(17)
Depreciação	(84)	(753)	(26)	(29)	(206)	(79)	(2.538)	(3.717)
Saldo contábil líquido	479	2.706	185	43	811	87	9.573	13.884
Saldo em 31/12/2019								
Custo	1.107	7.650	305	139	2.703	166	12.116	24.181
Depreciação acumulada	(628)	(4.944)	(120)	(96)	(1.892)	(79)	(2.538)	(10.297)
Saldo contábil líquido	479	2.706	185	43	811	87	9.573	13.884
Consolidado	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Aparelhos telefônicos e celulares	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Direito de Uso - Imóvel	Total
Em 31/12/2018								
Saldo inicial	563	2.436	227	57	1.499	-	-	4.782
Aquisições	24	450	-	3	48	-	-	526
Baixas	-	(4)	-	-	-	-	-	(4)
Transferência	-	-	(3)	-	3	-	-	-
Depreciação	(80)	(1.046)	(25)	(30)	(647)	-	-	(1.828)
Saldo contábil líquido	507	1.836	199	30	903	-	-	3.475
Saldo em 31/12/2018								
Custo	1.050	6.026	293	97	2.589	-	-	10.056
Depreciação acumulada	(543)	(4.190)	(94)	(67)	(1.686)	-	-	(6.580)
Saldo contábil líquido	507	1.836	199	30	903	-	-	3.475
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	507	1.837	199	30	903	-	-	3.475
Aquisições	57	1.636	12	45	114	166	12.111	14.142
Baixas	-	(13)	-	(4)	-	-	-	(17)
Depreciação	(84)	(753)	(26)	(29)	(206)	(79)	(2.538)	(3.717)
Saldo contábil líquido	479	2.710	185	43	811	87	9.573	13.884
Saldo em 31/12/2019								
Custo	1.107	7.650	305	138	2.703	166	12.112	24.181
Depreciação acumulada	(628)	(4.944)	(120)	(96)	(1.892)	(79)	(2.538)	(10.297)
Saldo contábil líquido	479	2.710	185	43	811	87	9.573	13.884

<b>Taxa média anual ponderada de depreciação</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Móveis e utensílios	7,57%	7,67%
Equipamentos de informática	16,47%	17,35%
Máquinas e equipamentos	8,52%	8,61%
Aparelhos e centrais telefônicas	28,06%	30,34%
Benfeitorias em bens de terceiros	7,62%	25,03%
Veículos	47,59%	-
Direito de Uso – Imóveis	19,53%	-

## 10. Intangível

<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>Sistema de Gestão Empresarial</b>	<b>Software operacional (Clear Sale)</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31/12/2018</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.218</b>	<b>16.684</b>	<b>17.902</b>
Aquisições	763	6.166	6.929
Amortização	(493)	(2.500)	(2.993)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.488</b>	<b>20.350</b>	<b>21.838</b>
<b>Saldo em 31/12/2018</b>			
Custo	2.682	28.330	31.012
Amortização acumulada	(1.194)	(7.980)	(9.174)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.488</b>	<b>20.350</b>	<b>21.838</b>
<b>Em 31/12/2019</b>			
Saldo inicial	1.488	20.350	21.838
Aquisições	406	8.275	8.681
Amortização	(650)	(3.204)	(3.854)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.244</b>	<b>25.421</b>	<b>26.665</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>			
Custo	3.088	36.605	39.693
Amortização acumulada	(1.844)	(11.183)	(13.027)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.244</b>	<b>25.422</b>	<b>26.665</b>

<b>Taxas anuais de amortização</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Sistema de Gestão empresarial	21,08%	18,36%
Software operacional (Clear Sale)	10%	10%

## 11. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média de juros (a.a.)	Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Cartão BNDES – Bradesco	16,08%	1.154	614
Desenvolve SP	TJLP + 1%	783	1.563
Capital de giro - Itaú	7,95%	33.993	-
Capital de giro - Bradesco	10,82%	2.979	4.892
<b>Total</b>		<b>38.909</b>	<b>7.069</b>
Circulante		12.268	3.305
Não circulante		26.641	3.764

A movimentação dos empréstimos e financiamentos foi:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.387
Novas captações	5.394
Juros incorridos	675
Amortizações de principal	(2.712)
Pagamento de juros	(675)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.069
Novas captações	36.429
Juros incorridos	1.140
Amortizações de principal	(5.053)
Pagamento de juros	(676)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.909

Cartão BNDES - Banco do Brasil e Bradesco - referem-se a financiamentos de equipamentos de informática que são credenciados pelo BNDES. Os pagamentos são parcelados entre 12 e 48 parcelas.

Desenvolve SP - refere-se a empréstimo para financiamento de projeto de inovação tecnológica. O projeto foi financiado em 80% e se refere à reestruturação da arquitetura e dos componentes da plataforma que sustenta a atividade de autenticação da Companhia. O projeto está sendo realizado com equipe própria.

Duplicatas descontadas - referem-se à operação de desconto de duplicata realizado para suprir a necessidade de capital de giro.

Capital de giro - Bradesco - refere-se a empréstimos para financiamento da operação da companhia. Os pagamentos são parcelados em 36 parcelas e possuem como garantia real 100% do montante em duplicatas.

Capital de giro - Itaú - refere-se a empréstimos para financiamento da operação da companhia. Os pagamentos são parcelados em 48 parcelas. e possuem como garantia real 10% do montante em duplicatas.

Credor	Covenants Financeiros	Limites	Período de Apuração
--------	-----------------------	---------	---------------------

<b>(1) Itaú</b>	Dívida líquida <sup>(1)</sup> / EBITDA <sup>(2)</sup>	Menor ou igual a: - 1,5 em 2019; - 1,0 em 2020, 2021 e 2022;	Anual
<b>(2) Itaú</b>	Dívida líquida <sup>(1)</sup> / EBITDA <sup>(2)</sup>	Menor ou igual a: - 1,5 em 2019; - 1,0 em 2020, 2021 e 2022;	Anual
<b>(3) Itaú</b>	Dívida líquida <sup>(1)</sup> / EBITDA <sup>(2)</sup>	Menor ou igual a: - 1,5 em 2019; - 1,0 em 2020, 2021 e 2022;	Anual

<sup>(1)</sup>Dívida líquida: representa o total da soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e arrendamento – direito de uso (circulante e não circulante) menos o caixa e equivalente de caixa.

<sup>(2)</sup>EBITDA: representa o lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização.

<sup>(3)</sup>EBITDA: representa o lucro (prejuízo) líquido do período acumulado de 12 meses ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização.

## 12. Arrendamentos

Em 2019 entrou em vigor o IFRS 16/ CPC 06 (R2), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Companhia reclassificou seus contratos de aluguéis para atender o referido pronunciamento. Em 01/01/2019 a Companhia possuía quatro contratos vigentes e fechou ao longo do ano mais três contratos, devidamente tratados.

Os saldos de passivos de arrendamento após adoção do CPC 06 (R2) estão compostos abaixo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Passivo de arrendamento – Circulante	3.173	-
Encargos Financeiros – Circulante	(881)	-
Total Circulante	2.291	-
Passivo de arrendamento – Não Circulante	9.095	-
Encargos Financeiros – Não Circulante	(1.102)	-
Total Não Circulante	7.994	-
<b>Total Passivo de arrendamento</b>	<b>10.285</b>	<b>-</b>

Em 2019 a valor pago referente aos contratos de aluguéis totalizaram R\$2.878, os encargos financeiros apropriados para o resultado foram de R\$1.266 e a amortização do direito de uso foi de R\$2.208.

### Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos,

ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
3 anos	9,2%
5 anos	10%

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>A partir de 2022</u>
<b>Passivo de arrendamento</b>				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	10.285	7.994	5.191	2.273
Fluxo com projeção de inflação	11.094	8.808	5.849	2.618
Variação	7,87%	10,18%	12,68%	15,18%
<b>Direito de uso líquido - saldo final</b>				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	9.573	4.521	1.824	325
Fluxo com projeção de inflação	10.210	4.983	2.056	375
Variação	6,65%	10,22%	12,72%	15,38%
<b>Despesa financeira</b>				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	1.051	799	519	227
Fluxo com projeção de inflação	1.131	881	585	262
Variação	7,61%	10,26%	12,72%	15,42%
<b>Despesa de depreciação</b>				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	2.538	2.296	2.250	1.824
Fluxo com projeção de inflação	2.710	2.474	2.430	2.056
Variação	6,78%	7,75%	8,00%	12,72%

### 13. Impostos e contribuições a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ/CSLL a pagar	2.362	3.852	2.362	3.852
Contribuição previdenciária sobre receita bruta	1.489	911	1.489	911

PIS/COFINS a pagar	1.154	875	1.154	875
ISS a Recolher	1.031	823	1.031	823
Parcelamentos IRPJ/CSLL	71	274	71	274
Outros impostos	263	184	269	184
	<b>6.370</b>	<b>6.921</b>	<b>6.377</b>	<b>6.921</b>
Circulante	6.370	6.852	6.377	6.852
Não circulante	-	69	-	69

## 14. Salários e encargos sociais

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Participações nos lucros a pagar	5.742	3.830
Provisão de férias	7.267	5.420
Salários a pagar	2.487	1.763
IRRF a recolher	2.068	1.051
Provisão encargos sobre férias	1.149	856
INSS a recolher	915	630
FGTS a recolher	731	529
Pró-labore a pagar	202	245
IRRF a recolher sobre pró-labore	140	172
Consignado a repassar	173	119
Outros	110	43
	<b>20.984</b>	<b>14.658</b>

## 15. Provisões

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para demandas judiciais	19	2
Provisão para rebates	304	574
Provisão para comissões	609	675
Outras	639	164
	<b>1.571</b>	<b>1.414</b>

### Provisão para demandas judiciais

No curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas, estão sujeitas a processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, suportada nas opiniões de seus assessores legais, entendeu que o valor de R\$19 (R\$1 em 31 de dezembro de 2018) é o suficiente para cobrir prováveis perdas decorrentes de reclamações trabalhistas.

Não há processos cíveis e tributários avaliados como prováveis perdas para a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Com relação aos processos classificados como possíveis o valor para cobrir possíveis perdas seria R\$4.166 (R\$3.053 em 2018), conforme composição abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhista	380	275
Cível	2.320	1.444
Tributário	1.466	1.334
	<u><b>4.166</b></u>	<u>3.053</u>

#### Provisão para rebates

A Companhia oferece para os seus clientes um produto que cobre a perda com possíveis fraudes não identificadas no momento da compra. Para essas vendas em que ocorreram fraudes identificadas pela Companhia, o valor da transação é provisionado para posterior reembolso ao cliente. Em 2019, a Companhia tem provisionado um valor de R\$304 (R\$574 em 2018) para Controladora e Consolidado.

#### Provisão para comissão de vendas

A Companhia paga comissão de vendas aos seus funcionários para cada contrato que obtiverem. Assim, as comissões de vendas são reconhecidas imediatamente em despesas e incluídas como parte de benefícios a empregados.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi provisionado o montante de R\$609 (R\$675 em 31 de dezembro de 2018), na controladora e no consolidado.

## **16. Pagamento baseado em ações e compromisso de recompra**

### **16.1. Pagamento baseado em ações (ILP)**

Em abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de ILP para os funcionários. Os funcionários elegíveis a participar do Plano, possuem a opção de participar ou não do plano. Aqueles que aderem ao Plano devem adquirir ações da Companhia, chamada de “ações iniciais”, com a utilização de parte do seu PLR a ser recebido em função do desempenho relativo ao período anterior. A partir da aquisição das “ações iniciais”, os participantes recebem a outorga de ações adicionais, cuja quantidade é determinada em função do percentual de PLR destinado à aquisição das “ações iniciais”, para cada exercício, com base na performance da Companhia, conforme condições dos Planos.

Os requisitos de aquisição de direito das ações adicionais contemplam a permanência do colaborador na Companhia pelo período estipulado nos contratos (vesting period de quatro anos). O método de liquidação se dará exclusivamente por meio de instrumentos patrimoniais (ações).

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia prevê o compromisso de recompra da totalidade das ações iniciais e adicionais (adquiridas após período de vesting e atingimento das obrigações de desempenho) dos beneficiários. Devido a esta característica, o plano, apesar de conceder instrumentos patrimoniais ao beneficiário, é mensurado e divulgado como um plano com liquidação em caixa, uma vez que a companhia é obrigada a efetuar esta recompra.

O beneficiário realizará a venda das ações entre o sétimo e o nono ano do programa da seguinte forma: as ações iniciais serão 100% realizadas no sétimo ano do programa, 50% das ações adicionais serão realizadas no oitavo ano e os outros 50% serão realizados no nono ano. A Companhia liberará os recursos para que os colaboradores possam efetuar a compra das ações adicionais no período.

A parcela que não for exercida nos termos e condições estipulados no contrato, deverá ser considerada automaticamente extinta, sem direito à remuneração.

O preço celebrado entre os beneficiários e acordado nos contratos tem base na fórmula abaixo:

$$(10 \times \text{EBITDA} + \text{Caixa} + \text{Aumento de Capital} - \text{Dívida} - \text{Dividendos} - \text{Passivos Provisionados}) / \text{Quantidade de Ações}$$

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma ação adicional foi transferida para os beneficiários, da mesma forma, não houve expirações.

Todavia, em 2019 houve desligamento de um executivo que efetuou a venda para a Companhia das ações iniciais adquiridas pelo programa em anos anteriores, o valor pago por essas ações totalizou R\$53.

A provisão para liquidação do plano de ILP R\$4.398 (R\$2.341 em 31 de dezembro de 2018).

Para definição do valor justo e fins de comparabilidade com metodologias de mercado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para análise das estimativas de valor futuro da ação e propensão ao atingimento das obrigações de desempenho, a metodologia utilizada foi a de Monte Carlo, que se utiliza de números aleatórios para gerar cenários de preços (10.000 no caso da Companhia). Com base nos valores calculados e considerando uma ponderação da probabilidade de atingimento das obrigações de desempenho os valores provisionados são:

	<b>Ações</b>	<b>Passivo</b>
2017	45.192	1.203
2018	5.981.840	2.341
2019	8.113.480	4.398

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2018</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>	<b>Quantidade</b>	<b>MPPE (R\$)</b>
Saldo inicial	65.020	26,32	45.192	25,07
Ações Iniciais Outorgadas	24.588	37,61	21.463	28,55
Canceladas	(1.418)	37,61	(1.635)	28,55
Transferidas	(88.190)	29,89	-	-
Saldo final	-	-	65.020	26,32

Com a organização societária citada na nota explicativa 01, todas as ações participantes do programa de ILP passaram a fazer parte do quadro de acionistas da *holding* CLSS. Abaixo temos o quadro comparativo com as ações após desmembramento de ações:

	31/12/2019		14/08/2019	
	Quantidade	MPPE (R\$)	Quantidade	MPPE (R\$)
Saldo inicial	8.113.480	0,32	-	-
Outorgadas	2.733.228	0,44	-	-
Canceladas	(375.912)	0,44	-	-
Transferidas	-	0,00	8.113.480	-
Saldo final	10.470.796	0,37	8.113.480	0,3248913

Os valores referentes ao valor justo calculados durante o período do *vesting*, são alocados no resultado, enquanto as atualizações dos valores após entregue as ações, são alocados no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital na conta Ajuste a valor justo de Instrumentos Financeiros.

As principais premissas utilizadas na avaliação das opções foram:

- (i) taxa de juros livre de risco – 4,5% em 2019 (6,5% em 2018)
- (ii) expectativa de volatilidade – 42,1% em 2019 (38,9% em 2018)
- (iii) expectativa de dividendos 1,43% em 2019 (1,19% em 2018)
- (iv) prazo estimado das opções – 7 anos em 2019 e em 2018

### 16.2. Compromisso de recompra de ações

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia prevê o compromisso de recompra da totalidade das ações iniciais e adicionais (adquiridas após período de *vesting* e atingimento das obrigações de desempenho) dos beneficiários. Não houve modificação no valor do compromisso de recompra em função da reestruturação descrita na nota 17.1.

Para refletir a realidade da operação a Companhia registrou um passivo referente ao compromisso de recompra, onde está reconhecido o valor devido pela companhia para readquirir as ações iniciais (adquiridas pelos beneficiários no início do plano) e ações adicionais já outorgadas.

O preço das ações é determinado através de estimativas de valor justo da ação utilizando a metodologia Monte Carlo, que se utiliza de números aleatórios para gerar cenários de preços (10.000 no caso da Companhia).

Uma vez adquiridas, a atualização do preço das ações não é mais reconhecida no resultado e passa a ser reconhecida no patrimônio líquido em conta de reserva de capital, por se tratar de expectativa de ágio/deságio em transações entre acionistas.

Ajuste a valor justo de Instrumentos Financeiros em 2017	413
Ajuste em 2018	1.061
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.474
Ajuste a valor justo de Instrumentos Financeiros em 2018	1.474
Ajuste em 2019	2.390
Saldo 31 de dezembro de 2019	3.864

### 16.3. Phantom Share - liquidação em caixa

Em abril de 2012, a Clear Sale instituiu o Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade Phantom Shares (Phantom Shares), que estabeleceu benefícios aos funcionários, no qual foram outorgadas 275.750 unidades básicas de remuneração (UBR), com um prazo de vesting de 20% a cada data de aniversário do programa, perfazendo um total de 5 anos, para o participante ter direito a exercer todas as UBRs, pelo valor unitário definido conforme metodologia definida no Plano. O participante somente poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as UBRs para a Companhia inclusive em um evento de liquidez da Companhia.

Abaixo as movimentações das UBRs:

Ano	Controladora e Consolidado UBR
2017	124.347
Resgates	(31.422)
Complemento	-
<b>2018</b>	<b>92.925</b>
Resgates	-
Complemento	-
<b>2019</b>	<b>92.925</b>

Trazido a valor presente, utilizando a mesma metodologia de cálculo prevista no Plano, o valor estimado para liquidação do plano de Phantom Share em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.355 (R\$3.599 em 31 de dezembro de 2018). Segue abaixo os valores movimentados:

Ano	Controladora e Consolidado Valor
2017	<b>2.876</b>
Pagamentos	(1.836)
Reavaliação do valor justo	2.559
<b>2018</b>	<b>3.599</b>
Pagamentos	(1.117)
Reavaliação do valor justo	873
<b>2019</b>	<b>3.355</b>

## 17. Patrimônio líquido

### Capital social

A Companhia classifica instrumentos financeiros emitidos como passivo ou patrimônio de acordo com a substância dos termos contratuais de tais instrumentos.

### Reserva de Capital

O compromisso de recompra da totalidade das ações iniciais e adicionais (adquiridas após período de vesting e atingimento das obrigações de desempenho) dos beneficiários é mensurado e divulgado como um plano com liquidação em caixa, uma vez que a Companhia é obrigada a efetuar esta recompra e portanto é registrado na Reserva de Capital no patrimônio líquido.

Para refletir a realidade da operação a Companhia registrou um passivo referente ao compromisso de recompra, no qual está reconhecido o valor devido pela Companhia para readquirir as ações iniciais (adquiridas pelos beneficiários no início do plano) e ações adicionais já outorgadas.

### Ações em tesouraria

Representam instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em “Ágio na compra/venda de ações em tesouraria”.

#### 17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$9.255 representado por 11.030 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 02/09/2019 foi constituída a CLSS Participações Ltda., empresa que atuará como *holding* para a qual em 30 de setembro de 2019, foram transferidas a totalidade das ações da companhia. Em 31 de dezembro de 2019, não existiam ações em tesouraria (Em 31 de Dezembro de 2018 o Capital Social composto por 208.725 ações em tesouraria que totalizavam R\$3.345). A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

Acionistas	2019		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Pedro Paulo Chiamulera	-	-	5.373.880	48,72%
Bernardo C. Lustosa	-	-	1.522.726	13,81%
Verônica A. Serra	-	-	1.355.271	12,29%
Renato Kocubej Soriano	-	-	564.215	5,12%
Mauro Back	-	-	231.380	2,10%
Rafael Lourenço	-	-	110.300	1,00%
ILP	-	-	33.606	0,29%
Innova Capital S.A.	-	-	1.355.271	12,29%
Gandra Participações Ltda.	-	-	274.626	2,49%
Rosenberg Participações Ltda.	-	-	-	-
CLSS Participações Ltda	<b>11.030.000</b>	<b>100,00%</b>		
<b>Ações ordinárias</b>			10.821.275	
Ações em tesouraria	-	-	208.725	1,89%
<b>Total</b>	<b>11.030.000</b>		<b>11.030.000</b>	

#### 17.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ações em tesouraria para atendimento do Plano de Incentivo de longo prazo.

Durante o exercício de 2018, a companhia realizou compra de ações de acionistas minoritários para compor quantidade suficiente de ações sem necessidades de diluição ou aumento de capital.

Além disso, foram realizadas vendas de ações via o plano de ILP (conforme mencionado na nota 16.1).

Em março de 2019 a companhia finalizou a recompra das ações de um de seus acionistas minoritários. O objetivo dessa recompra destinou-se a manter ações em tesouraria para utilização no programa de remuneração baseado em ações.

Em outubro de 2019, a companhia vendeu seu estoque de ações em tesouraria para seu acionista majoritário com o objetivo de constituição de uma *holding* de participações.

	Ações em tesouraria (quantidade)	Valor das ações em tesouraria (R\$)	Ágio/deságio na venda das ações em tesouraria (R\$)
<b>Saldo em 2017</b>	70.423	3.004.000	(432.000)
Compra de ações	163.445	2.474.000	103.000
Venda de ações	(25.143)	(2.133.000)	472.000
<b>Saldo em 2018</b>	<b>208.725</b>	<b>3.345.000</b>	<b>143.000</b>
Venda de ações	(209.325)	(3.398.000)	(775.000)
Compra de ações	600	53.000	-
<b>Saldo em 2019</b>	-	-	-

### 17.3. Reserva legal e dividendo mínimo obrigatório

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O dividendo mínimo obrigatório será constituído por parcela não inferior a 25%, descontada a reserva legal, na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e o saldo, se houver, após as destinações citadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração, “*ad referendum*” da Assembleia Geral, poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio conforme facultado pela legislação.

Em 14 de fevereiro de 2019 foi aprovada em assembleia distribuição de lucros e dividendos no montante de R\$2.134 com base no percentual de dividendo mínimo obrigatório e em 17 de outubro de 2019 foi aprovada também distribuição complementar de dividendos de R\$8.698 de reserva de lucro de períodos anteriores.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro líquido	5.546	8.537
Reserva legal - 5% (i)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios em 2018 (25%)	1.387	2.134
Dividendos pagos	10.084	3.178

(i) Não houve constituição de reserva legal em 2019, uma vez que, atingiu os 20% do capital social.

(ii) No ano de 2019 foram distribuídos dividendos adicionais de R\$8.696

### 18. Lucro líquido por ação

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Numerador:</b>		
Resultado do exercício	5.546	8.537
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	10.837	10.837
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	10.989	10.958
<b>Resultado por ação (milhares de R\$ por ação)</b>		
Básico	0,5096	0,7877
Diluído (i)	0,5028	0,7790

(9) Número de ações considerando as ações diluidoras dos programas de ILP e ações cedidas a altos executivos.

## 19. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

### 19.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora / Consolidada</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	16.085	17.307
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas (34%)	(5.469)	(5.884)
<i>Ajustes para a demonstração de taxa efetiva:</i>		
Resultado das investidas (i)	(5.572)	(2.214)
Crédito fiscal não constituído sobre PF de controladas	-	-
Despesas não dedutíveis	(889)	(772)
Benefício da Inovação Tecnológica	1.446	583
Outras (Adições) Exclusões	(55)	(483)
	<b>(10.539)</b>	<b>(8.769)</b>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas		
IR/CS - Correntes	(12.152)	(9.571)
IR/CS - Diferidos	1.613	801
Alíquota efetiva	66%	51%

(i) A Companhia irá realizar o crédito conforme a regra de recompra das ações previstas nos planos foram executadas.

- i) As controladas E-CONFY e Clear Sale LLC, apresentaram prejuízos fiscais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e não houve constituição de créditos diferidos, por não haver uma expectativa razoável de realização.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
PECLD	996	674
PLR	1.952	1.302
Provisão para garantia	103	195
Provisão contas a pagar	217	56
Provisão para contingências	7	1
Provisão de Phantom Share	1.098	1.353
Remuneração baseada em ações (ILP)	2.095	344
Outras	<u>(127)</u>	<u>434</u>
Total DTA	6.341	4.358

Diferença Depreciação (ContábilxFiscal)	2.833	2.464
Total DTL	2.833	2.464
Líquido	3.508	1.894

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o valor dos prejuízos fiscais acumulados são apresentados abaixo:

	2019	2018
E-confy	4.500	35
Clearsale LLC	28.300	16.500
<b>Total</b>	<b>32.500</b>	<b>16.535</b>

Alíquota para Clearsale LLC: 30%

Alíquota para E-confy: 34%

## 20. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018

Empréstimos e financiamentos	38.909	7.069	38.909	7.069
Passivo de arrendamento	10.285	-	10.285	-
(-) Caixa e equivalente de caixa	(21.716)	(6.831)	(23.624)	(7.629)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
<b>Dívida líquida</b>	<b>27,478</b>	<b>238</b>	<b>25,570</b>	<b>(560)</b>
Patrimônio líquido	33.067	38.819	33.067	38.819
<b>Dívida líquida consolidada</b>	<b>60.544</b>	<b>39.057</b>	<b>57.630</b>	<b>37.559</b>
Quociente de alavancagem	45,39%	0,61%	44,37%	(1,49%)

ii) Risco de crédito

A política de crédito da Companhia considera o nível de risco a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento e limites individuais e consolidadas de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições consideradas de primeira linha.

As composições por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão detalhadas na Nota 5.

Os valores a seguir representam a exposição máxima de risco dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	4	117	9	1.301	603
Aplicações financeiras (a)	4	21.599	6.822	22.323	7.026
		<b>21.716</b>	<b>6.831</b>	<b>23.624</b>	<b>7.629</b>

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir caixa suficiente para cobrir seus compromissos financeiros, por causa do descompasso do prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos estimados (representado principalmente por empréstimos e financiamentos e fornecedores a pagar). Para administrar a liquidez de caixa, futuros pressupostos de desembolsos e de recebimentos são estabelecidos, os quais são monitorados diariamente pela tesouraria.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros do Grupo com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	<u>&lt; 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>&gt; 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	2.688	10.896	32.493		46.077
Passivo de arrendamento	768	2.327	11.964		15.059
Fornecedores	2.454	33	-		2.578
<b>Total</b>	<b>5.910</b>	<b>13.256</b>	<b>44.457</b>		<b>63.714</b>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>&lt; 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>&gt; 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	1.023	2.981	4.104	-	8.108
Fornecedores	1.184	4	-	-	1.791
<b>Total</b>	<b>2.810</b>	<b>2.985</b>	<b>4.104</b>	<b>-</b>	<b>9.899</b>

Os pagamentos mínimos futuros dos contratos de financiamento são como segue:

<b>Ano</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>2019</b>	-	3.305
<b>2020</b>	12.427	2.833
<b>2021</b>	11.032	931
<b>2022</b>	8.907	-
<b>2023</b>	6.543	-
	<b>38.909</b>	<b>7.069</b>

iv) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira e subsidiárias no exterior nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger esta exposição nas citadas datas:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>US\$</b>	<b>Real</b>	<b>US\$</b>	<b>Real</b>
<b>Ativo</b>				
Investimento	1.105	4.454	462	1.839
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	500	2.017	155	602

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. O impacto no lucro antes dos tributos da Companhia deve-se às mudanças no valor justo dos ativos e passivos monetários. Embora a sensibilidade considere os efeitos de 25% e 50% anteriormente mencionado, a Administração avalia que essas movimentações não são avaliadas como razoavelmente possíveis considerando as informações disponíveis de mercado na data atual que levam à Administração a avaliar como razoavelmente possível uma deterioração para os próximos períodos na base de 5 pontos percentuais. Adicionalmente, a exposição da Companhia à variação cambial de outras moedas não é relevante.

	Variação na taxa do Dólar	Efeito no lucro antes dos tributos
2019	+25%	1.114
	+50%	2.228
2018	+25%	610
	+50%	1.221

iv) Risco com taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 75 pontos base e 150 pontos base indicando a deterioração na situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	31 de Dezembro de 2019	Índice – % por ano	Taxa base	Aumento/Diminuição nos pontos base			
				75	-75	150	-150
Desenvolve SP	783	TJLP+1%	51	6	(6)	12	(12)

	31 de Dezembro de 2018	Índice – % por ano	Taxa base	Aumento/Diminuição nos pontos base			
				75	-75	150	-150
Desenvolve SP	1.563	TJLP+1%	125	12	(12)	23	(23)

## 20.2. Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

i) Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Contas a receber e contas a pagar a fornecedores

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado foram utilizadas estimativas de taxa de juros para operações com prazos e valores similares. O valor justo dos instrumentos financeiros registrados com base nos juros contratuais de cada operação não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

iii) Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado destes foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

iv) Passivos de arrendamento

A realização do cálculo do valor de mercado dos passivos de arrendamento foi realizada com base em estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos passivos de arrendamento, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

## 20.3. Mensuração do valor justo

Os seguintes quadros demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos consolidados da Companhia:

	2019			2018			
	Nível	Valor		Nível	Valor		Nível
		Contábil	Valor Justo		Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalente de caixa	I	23.624	23.624	I	7.629	7.629	II
Contas a receber de clientes	II	51.951	51.951	II	37.894	37.894	II
Instrumentos financeiros Derivativos	II	-	-		-	-	
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	II	38.909	38.909	II	7.069	7.069	II
Passivo de arrendamento	II	10.285	10.285	II	-	-	
Fornecedores	II	3.994	3.994	II	2.163	2.163	II
Compromisso de recompra	III	4.398	4.398	III	2.341	2.341	III

## 21. Partes relacionadas – Remuneração da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia pagou aos Administradores pró-labore no montante de R\$3.262 (R\$3.148 em 2018) e pagou dividendos de R\$10.082 (R\$4.301 em 2018). Desse valor de dividendos distribuídos em 2018, R\$56 não foram pagos com caixa ou equivalente de caixa, mas abatido do valor que a Companhia tinha a receber referente à venda de ações conforme previsto em contrato de compra e venda celebrado em 23 de outubro de 2018.

## 22. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços	216.851	168.563	233.962	172.921
(-) Impostos sobre serviços	(24.399)	(18.917)	(24.399)	(18.917)
(-) Outras deduções	(1.044)	(71)	(1.044)	(178)
	191.408	149.575	208.519	153.826

As receitas serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

PIS: 0,65%

COFINS: 3,00%

ISS: 5% (Serviços de assessoria e consultoria em informática e resposta audível de informática); 2,9% (Serviços de licenciamento ou direito de uso de programa de computador e suporte

INSS: 3% (Atividade de telemarketing); e 4,5% (Demais receitas)

## 23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018

Depreciação e amortização	(7.584)	(4.821)	(7.584)	(4.821)
Outras despesas	(7.259)	(8.220)	(13.722)	(9.335)
Remuneração variável	(11.148)	(7.475)	(20.716)	(11.995)
Salários, encargos e benefícios	(98.207)	(80.503)	(112.359)	(85.584)
Serviços prestados por terceiros	(23.371)	(15.161)	(26.428)	(15.168)
Utilidades	(7.405)	(8.697)	(7.405)	(8.727)
	<b>(154.974)</b>	<b>(124.876)</b>	<b>(188.214)</b>	<b>(135.629)</b>
Custos dos serviços prestados	(90.771)	(67.562)	(106.755)	(69.939)
Despesas Gerais e Administrativas	(64.203)	(57.314)	(81.460)	(65.690)

## 24. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tarifas bancárias	(198)	(308)	(229)	(308)
Juros e multas	(138)	(268)	(138)	(268)
Carta fiança	(83)	(96)	(83)	(96)
IOF	(295)	(284)	(295)	(284)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(3.091)	(675)	(3.091)	(675)
Variação Cambial Passiva	(273)	(325)	(341)	(325)
Outras	(47)	(156)	(207)	(166)
	<b>(4.125)</b>	<b>(2.111)</b>	<b>(4.383)</b>	<b>(2.121)</b>

## 25. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento de aplicações financeiras	585	301	585	301
Multas contratuais	92	7	92	7
Descontos obtidos	474	347	474	347
Juros Ativos	88	73	89	74
Variação Cambial Ativa	151	146	151	146
Atualização Monetária	344	342	343	341
	<b>1.733</b>	<b>1.215</b>	<b>1.733</b>	<b>1.215</b>

## 26. Seguros

A Companhia contrata, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou pessoas físicas que tenham poderes de representação da Companhia e/ou suas Subsidiárias cujo cargo ou função demande gestão ou representação legal exclusivamente em nome desta ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregado da Companhia e/ou suas Subsidiárias, incluindo mas não se limitando a gestor de risco (risk manager), advogado, contador, auditor interno, desde que atuando em sua função na Companhia e/ou suas Subsidiárias, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um Segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

A apólice de seguro não garante a ação ou omissão voluntária, que viole direito e cause danos a outrem, ainda que exclusivamente moral ("Ato Ilícito Doloso"), além de não garantir danos causados a terceiros quando o Segurado agir fora da sua alçada na Companhia e/ou suas Subsidiárias. A apólice, com vigência até 22 de fevereiro de 2020, foi contratada junto à Fator Seguros S.A. ("Seguradora"). O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$46.908,05, com limite máximo de garantia, no valor de R\$ 30.000.000,00. O D&O conta com (i) Garantia A: Pagamento ao Segurado: pagamento ao Administrador ou a Terceiros por Perda Indenizável decorrente de uma Reclamação coberta nos termos da Apólice; (ii) Garantia B: por meio da qual a Seguradora reembolsará a Companhia por tal Perda Indenizável, se a Companhia efetuar o pagamento de uma Perda Indenizável de um segurado coberta pela apólice.

## **27 Eventos subsequentes**

### **27.1. Distribuição de dividendos**

Ao longo do ano de 2020, a Companhia também efetuou a distribuição de dividendos para seus acionistas no montante total de R\$25.998.

### **27.2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir:

**Captação de novos empréstimos e financiamentos:** A companhia contactou dois empréstimos bancários nos meses de março de 2020 (R\$15.000) e maio de 2020 (R\$15.000) com o objetivo de não sofrer com eventual crise de liquidez.

Durante os meses do segundo trimestre de 2020, o efeito de fechamento do comércio com presença física fomentou o consumo através das vendas por e-commerce. Nesse contexto, a receita bruta operacional da companhia foi beneficiada, dada a forte presença da companhia em no e-commerce.

### **27.3. Reorganização Societária**

Em março de 2021, a Companhia completou a sua reorganização societária, vendendo sua investida E-Confy para a Holding de participações CLESA Ltda. O valor de venda da Companhia foi de R\$ 18.859 alocado no balanço patrimonial de 31 de março de 2021 na linha de contas a receber, com a venda a Companhia auferiu ganho de capital de R\$18.970.

Neste mesmo exercício, a Companhia realizou a incorporação de sua proprietária, a Holding CLSS S/A.

Essa incorporação foi refletida no Patrimônio Líquido da Companhia, na linha de capital social com um aumento de R\$12.498 passando de R\$ 9.255 para R\$ 21.753 e no Ativo na linha de partes relacionadas no valor de R\$17.806.

### **27.4. Novos participantes do Programa de ILP**

Em 31 de maio de 2021 a Companhia aprovou o ingresso de novos participantes no programa de ILP e para a viabilidade do programa aprovou um aumento de capital no valor de R\$150.

## **27.5. Extinção do programa de Phantom Share**

Em 31 de maio de 2021 a Companhia deliberou o fim do programa de Phantom Share, resultando na conversão das unidades básicas de remuneração na proporção de 1:1 em relação a ações da Companhia ocasionando em um aumento de capital no valor de R\$ 90.

## Declaração dos diretores sobre o parecer emitido pelos auditores independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 07 de junho de 2021.

DocuSigned by:  
  
Assinado por: BERNARDO CARVALHO LUSTOSA:97538680659  
CPF: 97538680659  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:08:16 PM PDT  
  
80556F2C4D94429B2D8B05A8170A934

---

**Bernardo Carvalho Lustosa**  
Diretor Presidente

DocuSigned by:  
  
Assinado por: RENAN SHIGUEO IKEMOTO:36385989852  
CPF: 36385989852  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:33:26 PM PDT  
  
D284BA50AADD4CF592967BCE81C1006C

---

**Renan Shigueo Ikemoto**  
Diretor de Relação com Investidores

DocuSigned by:  
  
Assinado por: MAURO BACK:35426845972  
CPF: 35426845972  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 2:26:31 PM PDT  
  
D22526AE72D4430AC979CC7B2412F65

---

**Mauro Back**  
Diretor

DocuSigned by:  
  
Assinado por: ALEXANDRE MANHE DE OLIVEIRA:32485819807  
CPF: 32485819807  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 12:13:22 PM PDT  
  
72A54A42F2D249A090CB4D22BA07FC1A

---

**Alexandre Manhe de Oliveira**  
Diretor Financeiro

DocuSigned by:  
  
Assinado por: EDUARDO FERRAZ DE CAMPOS MONACO:28022293890  
CPF: 28022293890  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:42:41 PM PDT  
  
01C1A95C5B04440C1A55E8B8E83880A05

---

**Eduardo Ferraz de Campos Monaco**  
Diretor

## Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 07 de junho de 2021.

DocuSigned by:  
*B. Lustosa*  
Assinado por: BERNARDO CARVALHO LUSTOSA:97538880659  
CPF: 97538880659  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:08:12 PM PDT  
ICP Brasil  
80556F2C4D944298B2DB05A8170A934

---

Bernardo Carvalho Lustosa  
Diretor Presidente

DocuSigned by:  
*Renan Shigueo Ikemoto*  
Assinado por: RENAN SHIGUEO IKEMOTO:36385989852  
CPF: 36385989852  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:33:22 PM PDT  
ICP Brasil  
D284BA50AADD4CF592987BCE81C1006C

---

Renan Shigueo Ikemoto  
Diretor de Relação com Investidores

DocuSigned by:  
*Mauro Back*  
Assinado por: MAURO BACK:35426845972  
CPF: 35426845972  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 2:26:45 PM PDT  
ICP Brasil  
D22526AEA72D4430AC979CC7B2412F65

---

Mauro Back  
Diretor

DocuSigned by:  
*Alexandre Manhe*  
Assinado por: ALEXANDRE MANHE DE OLIVEIRA:32485819807  
CPF: 32485819807  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 12:13:34 PM PDT  
ICP Brasil  
72955942F2D245090C68D222BA07FC1A

---

Alexandre Manhe de Oliveira  
Diretor Financeiro

DocuSigned by:  
*Eduardo Ferraz*  
Assinado por: EDUARDO FERRAZ DE CAMPOS MONACO:28022293890  
CPF: 28022293890  
Data/Hora da Assinatura: 6/7/2021 | 1:42:54 PM PDT  
ICP Brasil  
DCDA95C5B04440CA850E88BE85880A05

---

Eduardo Ferraz de Campos Monaco  
Diretor